

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2018
(Do Sr. MENDONÇA FILHO)

Altera os artigos 89 e 192 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados para dispor sobre o tempo de comunicação de liderança e a orientação de bancada.

A CÂMARA DOS DEPUTADOS resolve:

Art. 1º O art. 89 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º:

“§ 1º Os partidos que, no início da legislatura e nos termos constitucionais, não obtiverem direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao tempo de rádio e televisão, não farão jus ao tempo de comunicação de liderança referido no *caput*, ressalvados os blocos parlamentares criados nos termos regimentais.”

Art. 2º O atual parágrafo único do art. 89 fica renumerado para § 2º.

Art. 3º O art. 192 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º-A:

“§ 2º-A Apenas os líderes de partidos que, no início da legislatura e nos termos constitucionais, obtiverem direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao tempo de rádio e televisão, poderão orientar suas bancadas nos termos do parágrafo anterior, ressalvados os blocos parlamentares criados nos termos regimentais.”

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Resolução que ora apresentamos tem como objetivo definir que somente os partidos que, no início da legislatura e nos termos constitucionais, obtiverem direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao tempo de rádio e televisão farão jus ao tempo de comunicação de liderança e orientação da bancada.

O Regimento da Interno da Câmara dos Deputados adota em diversos pontos o início da legislatura como marco definidor do tamanho das bancadas dos partidos ou blocos partidários, como por exemplo, para determinar o número de vagas na Mesa e nas Comissões.

Dessa forma, entendemos que partidos que no início da legislatura não teriam direito a constituir Liderança, não podem adquirir a prerrogativa de usar o tempo de liderança e de orientação de bancada, mesmo que por movimentação de parlamentares, passassem a ter esse direito. O mesmo deve ser válido para novos partidos, criados durante a legislatura, que também não devem ter direito a tempo de comunicação de liderança e orientação de bancada.

Certos da importância da medida ora pretendida, contamos com o apoio de nossos pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2018.

Deputado **MENDONÇA FILHO**